

A opção de Serra por fortes ataques ao radicalismo da política externa

1) Interpretados por alguns analistas como abandono da tática do pós-Lula – a de evitar o confronto com o presidente altamente popular, tendo apenas ou basicamente como alvo sua candidata, tática associada a Aécio Neves – os duros ataques que José Serra passou a desferir à política externa, embora de duvidoso ou improvável efeito no grande eleitorado lulista do Norte, do Nordeste e da periferia do conjunto das regiões metropolitanas, constituem certamente um apelo de significativa influência mobilizadora da opinião pública do Centro-Sul e também nos centros urbanos das demais regiões. Com bom potencial para reforçar os consistentes palanques oposicionistas no Sul, no Sudeste (com exceção dos do Rio e do Espírito Santo) e em parte do Centro-Oeste, bem como para energizar os das duas outras regiões, sufocados pelo dominante sentimento lulista. O que pode explicar em parte os números do último Datafolha: estabilidade da candidatura de Serra e parada do crescimento de Dilma, com a manutenção do empate entre os dois.

2) O presidente Lula – ancorado no sucesso dos indicadores econômicos e sociais, responsável por suas boas relações com vários segmentos do empresariado e pelos elevados índices de popularidade que mantém, além de facilitador básico da aliança pró-Dilma com o PMDB – avaliou que a política externa, de um lado, representaria o melhor espaço para a presença no governo do persistente ideologismo esquerdista de setores do PT, até para compensá-lo pelo pragmatismo das decisões macroeconômicas, e, de outro, seria o instrumento adequado para se construir um projeto de afirmação dele, a qualquer preço, como principal liderança dos países pobres e emergentes. Avaliação que incluiu o cálculo de nenhum ou pequeno custo político-eleitoral do radicalismo diplomático.

3) Mas tal projeto, ademais de não caminhar – por não interessar a atores mais importantes entre os emergentes, como os governantes chineses e indianos; pela inviabilidade da pretensão de presença permanente do Brasil no Conselho de Segurança da ONU; em face de derrotas sucessivas do Itamaraty na OMC e em outros organismos internacionais - está hoje vinculado a ações voluntaristas e desastradas como a de

intervenção na política interna de Honduras ou a da tentativa de mediar o conflito em torno do programa nuclear, belicista, do Irã, rechaçada pelas cinco grandes potências, pela União Européia e pelos próprios vizinhos islâmicos do país dos ayatolás. E, ainda pior, está estreitamente associado a figuras marginais no cenário internacional, como as de Hugo Chávez, de Ahmadinejad, dos ditadores de Cuba. Tudo isso agora reavivado pela crise entre a Colômbia e a Venezuela, que coloca na ordem do dia as conhecidas relações entre o PT e o grupo narcoguerrilheiro das Farc.

4) Essa opção de Serra começou a ser feita com a postura ofensiva que adotou ao se manifestar sobre a polêmica declaração do vice, Índio da Costa, sobre o PT, as Farc e o narcotráfico, respaldando o essencial da declaração: as conhecidas relações entre o partido e o grupo guerrilheiro, sem subscrever apenas a denúncia de conexão direta entre os petistas e os narcotraficantes, até porque são amplamente conhecidas as relações entre os dois últimos. Além dos dividendos político-eleitorais de tal opção (o apoio da opinião pública que apontei inicialmente), ela pode propiciar outro benefício ao candidato oposicionista: afastá-lo ou reduzir o peso de críticas que tem repetido à política macroeconômica, inclusive à autonomia do Banco Central, que são habilmente aproveitadas pela campanha de Dilma para a disseminação de desconfiança dos mercados financeiros em relação a Serra. E outro dado dessa opção – a ênfase que Serra passou a atribuir às invasões e violências do MST, com base em afirmação textual do próprio líder dos sem-terra, Stédile, de que as invasões serão intensificadas num governo Dilma.

5) Quanto ao que tal opção configuraria de abandono da estratégia do pós-Lula, cabe assinalar já ter ficado muito claro que o presidente partirá para incisivos ataques a Serra nos dois últimos e decisivos meses da disputa sucessória no primeiro turno. Num contexto bem diverso daquele que Aécio Neves procurava criar até o final de 2009 – o de uma candidatura capaz de dividir a base governista, a partir da neutralidade ou até do apoio do PMDB.

Jarbas de Holanda

Leia os Destaques da Imprensa de hoje no site da APEOP – www.apeop.org.br